

## ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO

## A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM COMUNIDADES COM VULNERABILIDADE SOCIAL

**Matheus Vieira de Oliveira<sup>1</sup>; Renata Righetto Jung Crocetta<sup>2</sup>; Sírío Pinto de Menezes Neto<sup>3</sup>; Fellippe D' Oliveira<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Curso de Educação Física. Unibave. matheustermas@hotmail.com

<sup>2</sup>PROGRAD. Unibave. renatarjung@hotmail.com

<sup>3</sup>Curso de Educação Física. Unibave. prof.sirio@hotmail.com

<sup>4</sup>Curso de Educação Física. Unibave. fellippeizepon.2014@gmail.com

**Resumo:** A vulnerabilidade social afeta a sociedade, principalmente as crianças e adolescentes. A inclusão de crianças em projetos sociais esportivos auxilia no desenvolvimento destas. Neste contexto, a presente pesquisa objetivou identificar a importância do esporte para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em comunidades em vulnerabilidade social. O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio do método exploratório, amparado pela abordagem qualitativa. Foram entrevistados três colaboradores da Associação de Apoio à Criança e Adolescente – ASACAD. Diante dos resultados, foi possível verificar que o esporte possibilita uma melhor qualidade de vida e inclusão para essas crianças e adolescentes com vulnerabilidade social. Os projetos sociais possibilitam a participação de crianças e adolescentes de baixa renda na sociedade sem que haja preconceito. Através das atividades desenvolvidas os participantes dos projetos mostram-se com maior disposição no desempenho de outras atividades. São percebidas melhorias na integração social e no comportamento.

**Palavras-chave:** Esporte. Integração. Inclusão.

### Introdução

A desigualdade social é um grande problema da sociedade brasileira. Essas desigualdades expõem comunidades socialmente vulneráveis. A partir da visualização dessas carências, é que podemos oportunizar diversas atividades por meio de projetos sociais. Projetos que, de uma maneira geral, proporcionem alegria, lazer, educação e que objetivem a exclusão total ou parcial dessas carências por meio de atividades musicais, artísticas e esportivas (CORREIA, 2008).

O incentivo à prática esportiva e recreativa é relevante para o desenvolvimento do indivíduo. Almeida (1995) discorre que o indivíduo, ao realizar o ato recreativo está

estimulando suas estruturas mentais, sua coordenação motora, sua forma de pensar e assimilar determinadas situações e construindo sua personalidade.

O esporte para as crianças e adolescentes é uma ferramenta que deve ser utilizada de modo que não seja apenas visto como lazer e recreação, mas que haja cooperação entre diversas áreas, como na inserção de valores que um cidadão deve ter. Crianças e adolescentes estão em processo de descoberta de seu corpo e de seus gostos. A prática esportiva oportuniza diversão e inclusão social, além de ajudar a construir valores, como ética, disciplina, empenho, trabalho em equipe e auxiliar na formação de caráter de uma criança (MORENO; MACHADO, 2006).

Diante da perspectiva de que as atividades esportivas exercem grandes influências sob crianças e adolescentes em risco social, surge a problemática da pesquisa: o esporte pode contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em comunidades com vulnerabilidade social?

Desta forma temos como objetivo geral: identificar a importância dos projetos sociais esportivos para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em comunidades consideradas em vulnerabilidade social.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, amparada pela abordagem qualitativa. De acordo com Ciribelli (2003), a pesquisa exploratória, proporciona maiores informações sobre o tema abordado pelo pesquisador, auxilia a delimitar o tema e também a definir os objetivos e a formular as hipóteses de trabalho, ajudando assim, a encontrar uma forma original para desenvolver o trabalho.

A pesquisa deste trabalho está apoiada na abordagem qualitativa. Para Creswell (2010) a pesquisa qualitativa é a forma de entender o significado que as pessoas ou grupos de estudiosos atribuem a um problema social ou humano.

O local de estudo foi a ASACAD – Associação de Apoio à Criança e Adolescente. Nessa instituição foi aplicado o projeto “O esporte na construção da cidadania”. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista realizada com três colaboradores da instituição, escolhidos de acordo com o trabalho realizado, ou seja, a coordenadora do projeto, a assistente social e um professor, escolhido

aleatoriamente, pois era aquele que estava presente e disponível na hora da entrevista.

## Resultados e Discussão

A seguir estão detalhados os resultados das entrevistas realizadas. O professor ministra as aulas de futsal na instituição há 3 anos. A coordenadora atua há cinco anos na ASACAD, e a assistente social, auxilia com seus trabalhos há um ano e meio.

O primeiro questionamento da entrevista visou conhecer o perfil dos participantes do projeto. Conforme a Coordenadora:

*Para ingressar na ASACAD os Pais/Responsáveis precisam seguir alguns critérios impostos pela Associação, são eles: a criança precisa ter de 06 anos completos a 16 anos; os Pais/Responsáveis precisam comprovar que estão trabalhando e possuem baixa renda, devem ter frequência; estar matriculado em escola pública.*

Rodrigues (2005) menciona que as crianças e os adolescentes que fazem parte de projetos sociais são crianças desestimuladas socialmente, que possuem baixa renda familiar e que muitas vezes têm desempenho escolar ruim. Por isso, a importância de várias pessoas estarem envolvidas no processo de planejamento dos projetos e no auxílio ao desenvolvimento das atividades.

Conforme Kauchakje (2008) os atores envolvidos no dia a dia dos projetos sociais são: educadores, assistentes sociais, professores, agentes de saúde, entre outros, que se tornam extremamente relevantes para a continuidade dos projetos.

O segundo questionamento abordou a questão psicológica e disciplinar, em que foi abordado o comportamento das crianças e adolescentes antes de iniciarem no projeto. Conforme a Assistente Social e o Professor:

*Antes de ingressarem na ASACAD ficavam ociosos em casa ou na "rua", sem nenhuma atividade, dando margem a riscos sociais. Demonstravam também maior dificuldade de socialização com os demais e no comportamento. Essa falta de socialização fazia com que o comportamento dessas crianças não fosse tão adequado quanto o esperado, pois não tinham um responsável na maior parte do tempo para lhes explicar como deveriam agir em determinadas atitudes.*

Silva *et al.* (2015) afirmam que projetos sociais auxiliam os adolescentes na busca do futuro, formulando opiniões, ajudando nas tomadas de decisões e na escolha das trajetórias a serem seguidas. Os projetos sociais estimulam nos jovens os questionamentos acerca dos padrões culturais e modelos de comportamento, como estética e sexualidade, acarretando mudanças sociais positivas.

Os profissionais também foram indagados acerca de quais mudanças são as mais observadas no comportamento das crianças e adolescente que participam do projeto.

*Nota-se uma maior participação das crianças em atividades no âmbito escolar. Na Instituição acabam tendo uma socialização melhor, pois participam de várias atividades relacionadas à cultura e esporte, o que acaba criando um vínculo afetivo com seus colegas (COORDENADORA).*

*Após ingressarem na Instituição se tornam mais disciplinados e comprometidos, por conta das inúmeras atividades oferecidas pela ASACAD. Possuem mais facilidade para se enturmarem em grandes grupos (PROFESSOR).*

*Após estarem fazendo parte do projeto, nota-se que as crianças e adolescentes apresentam-se mais disciplinados. Devido à grande quantidade de atividades oferecidas pela instituição, acabam tendo uma maior socialização e facilidade para participarem das atividades com as demais crianças (ASSISTENTE SOCIAL).*

Também foram questionados quanto a mudanças no desempenho escolar.

*Sim, houve mudança no desempenho. Pois na Instituição, as crianças e adolescentes tem acompanhamento escolar, e aqueles que tem maior dificuldade de aprendizado recebem apoio, reforço, assim, melhorando seu desempenho (COORDENADORA)*

*Possuem mais facilidade para se concentrarem na sala de aula e se mostram mais dispostos para participarem de projetos realizados na escola (PROFESSOR).*

*Sim. É notável a maior participação nas atividades realizadas na escola, assim como também acabam tendo um desempenho melhor em suas notas, pois a instituição oferece reforço para todos os alunos, sobretudo para aqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizado (ASSISTENTE SOCIAL).*

Prette (2002) afirma que o comprometimento dos jovens e das crianças no âmbito escolar é visível, a melhora é considerável a partir do momento em que se comprometem com as atividades do projeto social, demonstram-se interessados em se destacar na escola. Os jovens sentem-se aceitos na sociedade, o que ajuda no desbloqueio emocional, pois sabem que podem fazer parte dessa integração.

Outro questionamento foi como o projeto atua em relação à inclusão social das crianças e adolescentes atendidos, no sentido de serem recebidos pela sociedade. Segundo a Coordenadora:

*O Projeto ensina comportamento, cultura, disciplina, esportes. Temos vários relatos de ex-alunos que dizem que o aprendizado adquirido na ASACAD ajudou muito a conseguirem emprego e entrar em faculdades. O projeto é muito bem visto pela sociedade e isso também colabora. A participação dos alunos em apresentações de danças e no coral para o município e regiões, faz com que eles possam se integrar na sociedade mostrando seus talentos. Os profissionais que atuam na instituição buscam sempre inovar nas atividades, levando diferencial para as salas de aula, buscando interesse na participação dos alunos.*

Segundo Ribeiro (2013) são muito importantes os objetivos e expectativas que os projetos sociais apresentam, pois, a partir deles espera-se uma integração na sociedade democrática. O que se deseja é que cada vez mais as crianças e adolescentes desfavorecidos socialmente sejam aceitos e sem qualquer tipo de discriminação.

Os participantes da pesquisa também foram indagados acerca da aprendizagem nas modalidades esportivas praticadas no projeto.

*Nas aulas de esporte, procura-se realizar atividades relacionadas com dinâmicas, circuitos, além da prática esportiva de futebol, vôlei, capoeira. Nota-se uma evolução nos movimentos das crianças conforme a prática esportiva (COORDENADORA).*

*Durante as práticas esportivas realizadas no ginásio da ASACAD também é notável a evolução das crianças e adolescentes nos movimentos das modalidades em si. Destacando que os esportes praticados não são voltados para o rendimento, e sim para uma maior socialização, cooperação e diversão dos mesmos (PROFESSOR).*

*As crianças e adolescentes são oportunizadas com bolsas da Escola de Futebol e Formação de Atletas Maccari Footaal Center, onde*

*integram times de futebol masculinos e femininos (ASSINSTENTE SOCIAL).*

Por meio da prática desportiva há o desenvolvimento de diferentes práticas corporais, provenientes das mais diferentes manifestações culturais, como as influências que estão presentes na vida cotidiana de cada criança. Ensinando esportes, o professor pode oferecer aos alunos não só o aprendizado dessas práticas, mas as possibilidades destas, bem como formas de transformá-las (CUNHA; ZACCHI, 2007).

O desenvolvimento de novas competências faz com que as crianças e jovens aprendam a conviver em um meio social de diferenças, tanto culturais como de classes, preparando-as para enfrentar as dificuldades sociais, as conquistas, enfim preparando-as para a vida. As habilidades desenvolvidas através do esporte partem desde as dimensões físicas, cognitivas, sociais, emocionais, éticas, morais e espirituais (CUNHA; ZACCHI, 2007 p.12).

### **Considerações Finais**

A inclusão de crianças e adolescentes com vulnerabilidade, dentro da sociedade depende do auxílio de todos, e principalmente de instituições de caráter social que buscam, através do esporte, esta inclusão.

Diante da entrevista realizada, percebemos que esses projetos, buscam transformar crianças e adolescentes em jovens e adultos responsáveis, mostrando a eles que podem atingir seus objetivos.

Uma vez criadas oportunidades, basta auxiliar no desempenho, fazer com que crianças e adolescentes se sintam acolhidos no âmbito social, como forma de se tornarem cidadãos capacitados para o futuro. Projetos desse tipo fazem com que a marginalização nas ruas diminua, pois há uma ocupação melhor do tempo extra dessas crianças.

A problemática da pesquisa pôde ser respondida pela entrevista, e a resposta é positiva, pois o esporte traz benefícios às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, fazendo com que se sintam aceitos pela sociedade, demonstrando seus talentos.

De acordo com as respostas obtidas, nota-se a importância que é para essas crianças estarem acolhidas na ASACAD, trazendo para eles a oportunidade de integrar-se na sociedade e ter qualidade de vida social saudável. Como menciona os entrevistados sobre os relatos que tiveram dos ex-alunos, que a ASACAD pôde abrir portas para um melhor desenvolvimento pessoal para elas após não estarem mais frequentando a instituição.

O desenvolvimento da pesquisa foi possível através do auxílio dos profissionais que integram a ASACAD, que se dispuseram a responder o questionário. Para os pesquisadores trouxe perspectivas de que uma sociedade mais justa e solidária pode ser possível. Fica como proposta para novos estudos a continuidade da pesquisa, em outros projetos e temáticas.

## Referências

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.
- CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.
- CRESWELL, W. John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3.ed. Tradução: Magda França Lopes. São Paulo: Bookman, 2010.
- CORREIA, Maria das Graças. **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- CUNHA, Beatriz ZACCHI. **A inclusão da criança em projetos sociais**. 2007. 36f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/39/monografia%20beatriz%20cunha.pdf?sequence=3>. Acesso: 10 out. 2019.
- KAUCHAKJE, Samira. **Elaboração e planejamento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE, 2008.
- MACHADO, João. **A Educação Física no ambiente escolar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MORENO, R, M.; MACHADO, A. A. **Re-significando o esporte na educação física escolar: uma perspectiva crítica**. São Paulo: Atlas, 2006.

PRETTE, Zilda A. P. Del. **Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociedade do presente.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Ações sociais das empresas privadas: como avaliar resultados?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SILVA, Maurício Roberto da. Et al. **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias do corpo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

## O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA

**Vanessa Isabel Cataneo<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Coordenadora de Extensão. Centro Universitário Barriga Verde - Unibave.  
vanessaisacataneo@hotmail.com

**Resumo:** A extensão universitária, integrada ao ensino e à pesquisa, é parte do fazer acadêmico e um dos lugares do exercício da função social das instituições de ensino superior - IES. Os projetos e programas de extensão realizados pelas IES contribuem para a mediação da relação entre a universidade e a comunidade ao ampliar os horizontes no processo de ensino e aprendizagem e a inserção em diferentes realidades na qual é possível a interação dos acadêmicos com as pessoas da comunidade. Nessa direção, este estudo objetiva fazer um esboço da trajetória da Extensão Universitária no Brasil e apresentar a contribuição que a prática de Extensão articulada ao Ensino e a Pesquisa oferece à formação acadêmica e a comunidade que com ela se relaciona. O estudo caracteriza-se como descritivo e bibliográfico. O embasamento teórico ocorre em literaturas que discutem a história e a importância da Extensão Universitária.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Ensino. Comunidade. Interação.

### **Introdução:**

A Extensão Universitária é reconhecida como um dos três pilares da Educação Superior Brasileira, representando um importante espaço de formação e de aproximação entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, a Extensão Universitária pode ser compreendida como um processo educativo, cultural e científico que fomenta relações entre a universidade e sociedade com a socialização do saber acadêmico.

Assim, ao participar de uma experiência extensionista o acadêmico poderá vivenciar novas realidades sociais, ao mesmo tempo em que é instigado ao reconhecimento e à reflexão sobre essas realidades, em um processo que ofereça a possibilidade de ele colocar em prática os conhecimentos adquiridos na academia.

Nessa perspectiva, as atividades de natureza extensionista podem ser percebidas como interface indispensável, mobilizadora e sensibilizadora entre o universo social e os saberes produzidos no espaço universitário, para tanto, projetos

e programas de extensão universitária devem viabilizar uma aprendizagem de saberes recíprocos, agregando integrantes da universidade e da sociedade, sob uma linha horizontal do conhecimento, de modo que a extensão contribua para o papel humanizador no processo de ensino e aprendizagem. Rocha (2007, p. 27) nessa direção afirma que:

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações socioeducativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Ainda concordando com Rocha (2007) cabe ressaltar que para a concretização da Extensão enquanto prática acadêmica se faz necessário que a universidade, ao interagir com a realidade social, não substitua as funções do Estado, mas sim, que contribua na produção de saberes científico e/ou tecnológico de modo a torná-los acessíveis à população, criando condições para que a academia dialogue com a comunidade. Para Dalmolin, Silva e Vieira (2017), o diálogo se trata do movimento pedagógico marcado pela reciprocidade onde todos os envolvidos da universidade e comunidade são atuantes.

Carbonari e Pereira (2007) entendem também, que a extensão está relacionada ao processo de integração da instituição de ensino superior ao contexto regional, à contribuição da universidade para o aprofundamento da cidadania, à vinculação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, bem como, à transformação da universidade e da comunidade.

Nesse contexto, fazer Extensão é produzir conhecimento articulado ao Ensino e à Pesquisa em uma relação transformadora entre a universidade e comunidade ou vice-versa, o que para Serrano (2013, p. 11) trata-se de:

Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de um conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade.

Os projetos de extensão universitária representam um ambiente em potencial para a troca de experiências e construção de conhecimento entre a comunidade e universidade. Sendo também, espaços importantes para a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários na formação de pessoas e, por consequência, profissionais mais humanos. Pois criar condições de diálogos, práticas, ensino e aprendizagem dos acadêmicos junto à comunidade contribuem para que o futuro profissional desenvolva habilidades técnicas e humanas, ressalta-se que para atingir isso, é fundamental que os acadêmicos se tornem protagonistas de ações extensionistas.

Entende-se então, que o contato acadêmico com a extensão é imprescindível na sua formação, pois cria condições para que ele observe, participe e compreenda o meio social em que mais tarde irá atuar.

Posto isso, este artigo emerge do desejo de se fazer um esboço sobre a trajetória da Extensão Universitária no Brasil e a partir disso, analisar a contribuição que a prática de Extensão articulada ao Ensino e a Pesquisa pode oferecer à formação acadêmica e à comunidade com qual se relaciona.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para dar conta deste estudo, ele caracteriza-se como descritivo e bibliográfico, com o tratamento dos dados de caráter qualitativo. O embasamento teórico ocorre em literaturas que discutem a história e a importância da Extensão Universitária, como por exemplo, Rocha (2017); Paula (2013); Serrano (2013) e Dalmolin; Silva e Vieira (2017).

Assim, o presente estudo está organizado em mais duas seções dedicadas a apresentar, respectivamente, o que é a Extensão Universitária no Brasil comentando a sua indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e as Considerações Finais.

### **Extensão Universitária no Brasil**

Diante as três dimensões constituintes da universidade “Ensino, Pesquisa e Extensão, a última a surgir foi a Extensão Universitária, entretanto, as primeiras

manifestações são de uma data não tão recente, sendo que foi na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, que surgiu as pioneiras manifestações da Extensão Universitária. Conforme afirma Paula (2013), da Inglaterra a Extensão expandiu-se para a Bélgica, depois Alemanha e logo atingiu todo o continente europeu, chegando em 1982 na Universidade de Chicago nos Estados Unidos.

No Brasil as primeiras experiências de Extensão Universitária datam do início do século XX, conforme o FORPROEX (2012) as primeiras manifestações de Extensão são oriundas de cursos e conferências realizadas em 1911 na Universidade de São Paulo e as prestações de serviço desenvolvidas a partir da década de 1920 na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Sendo o primeiro caso resultado da influência da Inglaterra e o segundo dos Estados Unidos.

Posto isso, a Extensão Universitária passa a ser prevista na legislação brasileira a partir de 1931, com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, qual estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro. Nesse documento, o objetivo da Extensão seria não apenas realizar cursos e conferências com a finalidade de construir conhecimentos, mas também buscar e apresentar soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional. (BRASIL, 1931).

Entre os anos de 1950 e 1964 a Extensão Universitária teve um papel considerável na luta pela transformação social do Brasil, sendo este um período de intensa mobilização política. De acordo com Paula (2013), nos anos de 1950, no Brasil, ocorreram diversos movimentos visando mudanças econômicas, políticas e culturais do pós-guerra, buscando enfrentar o atraso e a miséria do país. Também nesse período se deu o surgimento das ligas camponesas, que objetivavam a luta pela Reforma Agrária, e em 1952 lutas nacionalistas que buscavam a independência da política externa brasileira.

Entre os importantes movimentos desse período, está a Campanha de Defesa da Escola Pública como instrumento para o desenvolvimento econômico e progresso social, qual foi coetânea do movimento pela alfabetização centrada no método de Paulo Freire. Assim, Paula (2013, p. 17) menciona que:

Foi na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, ampliando o que já vinha sendo feito pelos estudantes com a luta pela Reforma Universitária. De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares.

Paulo Freire ao analisar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação realizando reflexões no livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1969, onde o autor denuncia certa presunção da universidade em realizar implicações unilaterais e invasivas, buscando “estender” seu conhecimento à sociedade e desconhecendo os saberes já existentes na comunidade. Freire (2010, p. 27) afirma:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

A partir da reflexão de Paulo Freire o conceito de Extensão Universitária teve uma nova ressignificação quanto às suas referências e práticas, de modo que novos sentidos foram conferidos às práticas de Extensão, não mais como uma ação de transmissão de conteúdo, mas como possibilidade do diálogo entre os diferentes saberes, oriundo tanto da sociedade como da universidade. Sob a influência das ideias do autor a “Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular”. (FORPROEX, 2012, p. 13).

No entanto, em 1964 o Brasil sofre o golpe militar e com ele se dá a interrupção da construção da nação com a sonegação dos direitos sociais básicos para amplas

camadas da população. No ano de 1968, sob a orientação da Lei de Segurança Nacional, a Reforma Universitária rompeu com “o caráter dialógico, ainda embrionário, da extensão e da própria universidade, restringindo suas ações e impedindo-a do exercício de seu princípio fundante - a autonomia” (FOREXT, 2013, p. 7). Contudo a universidade buscou resistir ao golpe e seus desdobramentos, seja pelo movimento estudantil, como pela ação dos professores que buscaram exercer um magistério crítico, assim a universidade enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo regime militar.

Com o fim do golpe militar na década de 80, ocorre o ressurgimento de movimentos sociais, civis e sindicais, como também a busca pelas políticas públicas que até esta década não eram mencionadas. É nesse contexto que a Extensão Universitária é chamada a atuar nas mais diferentes modalidades como: eventos culturais, prestação de serviços, cursos e projetos de ação comunitária. No final desta década com passagem para os anos 90 o Brasil vivia o contexto da globalização, o que exigiu das universidades uma ressignificação do seu papel, função e identidade.

Nessa perspectiva, houve a reelaboração da concepção de Universidade Pública, com a redefinição das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão acompanhada do questionamento da visão assistencialista das ações extensionistas, a partir disso é que se buscou conceber a Extensão Universitária como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa relacionando-a com os novos movimentos sociais. Com redemocratização do País em 1987, foi então constituído o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), atualmente Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. A criação desse Fórum deu origem à seguinte definição de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados,

acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, p.11).

Assim, o Forproex contribuiu para a conceptualização, institucionalização e reconhecimento constitucional da Extensão Universitária. De modo que, a Constituição de 1988 vem afirmar a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207) e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2ª). Com isso, outras iniciativas também ocorreram, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, que no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, estabeleceu que uma Instituição de Ensino Superior - IES deve ter como fim:

(...) IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Já no ano de 1998, o Forproex, executa outra ação importante no sentido da institucionalização da Extensão Universitária, elaborando o Plano Nacional de Extensão. Dentre as diretrizes desse plano, busca-se:

A possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas [...]; o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (FOPROEX, 1998, p.3).

O objetivo expresso nessas diretrizes passou a exigir um novo pensar e projetar, articulando o fazer e o saber da universidade junto à comunidade pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e a Extensão, de modo a serem interfaces de um mesmo fazer.

Quanto às Instituições Comunitárias de Ensino Superior que datam de um nascedouro entre as décadas de 40 e 60, criam em 1999 em Goiânia o “Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) com o apoio da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC)” a fim de melhor atender o que promulgava a Constituição de 1988 e a LDBEN, Lei nº 9394/96 para a Extensão Universitária. (FOREXT, 2013, p. 9).

Nesse contexto, a fundação do ForExt foi uma resposta ciente do compromisso social das Universidades Comunitárias e IES Confessionais para atender em uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar as necessidades sociais brasileiras.

Avançando na linha no tempo em 9 de janeiro de 2001 temos a aprovação do Plano Nacional de Educação Lei 10.172/2001, para o decênio 2001-2010 (BRASIL, 2011), o plano aprovado por lei deixa de ser uma mera carta de intenções para ser um rol de obrigações, passando a ser imperativo para o setor público. Nesse plano são estabelecidos objetivos e metas para a Educação Superior, dentre as quais podemos citar a Meta 23 que prevê “Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.”.

Já em 25 de junho de 2014 é sancionada a Lei nº 13.005 qual se refere ao segundo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 aprovado por lei. Nesse plano consta legitimado o investimento de 10% do PIB em educação e se estabelece vinte metas, a partir de 254 estratégias, dentre as quais podemos citar a estratégia 12.7 que define a necessidade de “assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão

universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014 p.74).

Observamos, portanto, que se faz necessário pensar a relação entre universidade e comunidade, por meio do aprofundamento interno da transversalidade entre o tripé que constitui a própria universidade, isto é, ensino pesquisa e extensão primando por um diálogo crítico e construtivo com a sociedade. Nesse viés Dalmolin e Vieira (2015) enfatizam que é importante analisar com profundidade o tema do currículo nas IES, assim como os demais documentos que devem sustentar o saber-fazer Universitário, importantes para se pensar a curricularização da Extensão Universitária.

Sendo então, a curricularização a compreensão do currículo como um fenômeno que não pode ser distanciado das demandas da realidade, os autores (2015, p. 7194) defendem a ideia de que “deve transversalizar os currículos, com a singularidade de cada curso e de cada contexto histórico-social, buscando metodologias mais criativas e dinâmicas, que resultem, especialmente, em salas de aulas abertas e atrativas para os estudantes”. Nessa direção, é necessário entender a curricularização da Extensão não como um apêndice ao currículo tradicional, mas sim, é preciso que as ações de extensão estejam articuladas ao ensino e a pesquisa como componentes curriculares dos cursos e da formação acadêmica.

A Extensão Universitária, nesse contexto não deve ser apenas um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos como a exemplo de cursos, seminários prestação de serviços entre outros, mas sim, a Extensão torna-se um instrumento para primar à inter-relação da universidade com a sociedade numa via de mão dupla, permeada pelo diálogo e pela troca de conhecimento. Dalmolin, Silva e Vieira (2017, p. 24) afirmam que “extensão é muito mais amplo que ações transmissivas de dados ou informações. Trata-se de diálogo no qual os saberes são compartilhados num movimento pedagógico marcado pela reciprocidade”. Logo, decorre que a Extensão Universitária deve ser organizada e implementada nas diferentes instituições que atuam no Ensino Superior do Brasil, sejam elas de caráter público, privado, comunitário ou filantrópico, obedecendo ao princípio de indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o Artigo 207 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Uma instituição universitária ao realizar Extensão deve primar em propor atividades que estejam articuladas ao ensino e à pesquisa para promover a interação com a comunidade, uma práxis dialética do conhecimento acadêmico que dá origem a aprendizados e por sua vez, eleva o nível do conhecimento anterior, a partir da troca de saberes acadêmico e popular. Aprofundando essa ideia podemos trazer a definição de Serrano (2013, p. 11) de que:

A Extensão é um processo educativo e científico, ao fazer extensão estamos produzindo conhecimento, mas não qualquer conhecimento, um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e vice-versa. Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de um conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade.

Em suma, a Extensão Universitária deve ser democrática, contribuindo para um processo dialético de teoria e prática integrado à realidade social. Uma relação entre academia e comunidade que possibilite a mistura de conhecimentos e a construção de um saber novo. Não se trata nessa relação Universidade/Comunidade que os atores trocarão de papéis ou perderão sua identidade, mas sim uma relação conforme defende Serrano (2013, p. 11) que gere mudanças, na qual a “Universidade que vai não será a mesma que volta, a comunidade que vai não será a mesma que volta”.

Posto isso, temos que as instituições formativas exercem um papel de extrema relevância para o desenvolvimento das comunidades nas quais está inserida, assim a universidade tem como compromisso promover e auxiliar no processo educativo, cultural e científico para com a comunidade.

### **Considerações Finais**

O estudo sugere que a extensão universitária impulsiona a comunidade acadêmica a se libertar dos muros acadêmicos, os projetos e programas extensionistas desenvolvidos pelas instituições de ensino contribuem para a mediação

da relação entre universidade e comunidade, com o propósito de ampliar os horizontes no processo de ensino e aprendizagem e a inserção em diferentes realidades, e criar condições para a interação dos acadêmicos com as pessoas da comunidade, em contextos diferenciados.

Por meio de ações voltadas para diferentes áreas, como educação, saúde, direitos humanos, arte e cultura, comunicação, meio ambiente entre outras, verificamos que as atividades desenvolvidas pela Universidade geram oportunidades de aplicação e interação de conhecimentos integrando as dimensões de ensino, pesquisa e extensão na relação universidade e comunidade. Onde todos os envolvidos devem ser protagonistas na projeção, execução e socialização dos projetos, tal como os professores, acadêmicos, técnicos administrativos e comunidade externa. Além disso, as comunidades podem perceber que a universidade é capaz de oferecer condições para a construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2020,

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 15 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 26 jul. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) . Acesso em 26 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/l10172.htm) . Acesso em 26 jul. 2018.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. Extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007.

DALMOLIN, Bernardete Maria; VIEIRA, Adriano José Hertzog. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDUCERE*, 13, 2015. **Anais [...]** Paraná: PUCPR, 2015. ISSN 2176-1396.

DALMOLIN, Bernardete Maria; SILVA, Marcio Tascheto da; VIEIRA, Adriano José Hertzog. Bases pedagógicas para pensar a curricularização da extensão. *In: SANTOS, Pedro Floriano dos (Org.). Extensão Universitária: perspectivas de aprendizagem e sentidos na educação superior*. Itajaí: Univali, 2017.

FOREXT. **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: referenciais para a construção de uma Política Nacional da Extensão nas ICES**. Itajaí: Editora Univali, 2013.

FORPROEX. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília: UNB, 1987.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 1998. [S. l.]: FORPROEX. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/relex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

ROCHA, Leliane Aparecida Castro. **Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras**. 2007. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Braz Cubas. Mogi das Cruzes: UBC, 2007.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Paraíba: UFPB, 2013. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/extelar/artigospublicados>. Acesso em 07 ago. 2018.